

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: O ótimo e o bom	2
Título: O caminho do dinheiro de Eike no exterior	2
Título: Múltiplos bloqueios disputam recursos.....	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Produção nacional cresce, mas gás não chega ao mercado	6
Título: Enriquecer sem desmatar	8
Título: O negacionismo científico: ignorância ou infâmia	12
Título: Em boa hora	13
VEÍCULO: O Globo	13
Título: O ELN agora na Venezuela	13
Título: Brasileiro é suspeito de ligação com ELN.....	16

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 01/09/2019****Seção: Colunas****Autor: Sonia Racy****Título: O ótimo e o bom**

Direto da Fonte

O conflito entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico é real, mas às vezes é só um equívoco. Quem alerta é José Goldemberg, antigo batalhador do meio ambiente. À coluna ele ponderou que “a turma da preservação andou esticando a corda” em alguns momentos. Seu exemplo é a tentativa de uma grande empresa de instalar em Peruíbe uma central de produção de eletricidade usando gás natural, que é abundante na região.

Ótimo 2

“Era uma boa ideia. O gás polui muito menos que carvão ou óleo combustível e o projeto traria grandes benefícios à região”, disse o ex-ministro. Uma campanha dos verdes liquidou a iniciativa. O que levou o professor a comentar: “O ótimo é inimigo do bom”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 01/09/2019****Seção: Economia****Autor: Fernando Scheller Mônica Scaramuzzo****Título: O caminho do dinheiro de Eike no exterior**

Reportagem Especial * Eike e os paraísos fiscais

Um processo que bloqueou R\$ 778 milhões de Thor Batista, filho de Eike Batista, tenta traçar o caminho dos recursos que o ex-megaempresário enviou para o exterior. A ação, movida pelo advogado Bernardo Bicalho, administrador judicial da mineradora MMX, tem o objetivo de garantir o ressarcimento total aos credores da companhia em recuperação judicial, mas cumpre também outra função: a de revelar offshores em paraísos fiscais que cumpriram o papel de ocultar recursos em um momento em que o império de Eike ruía.

Os argumentos para pedir o bloqueio dos bens de Thor – determinado liminarmente pela juíza Cláudia Helena Batista, da 1.ª Vara da Fazenda Empresarial de Belo Horizonte e confirmado por três desembargadores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) – trazem evidências da tentativa de

ocultar patrimônio com um emaranhado de offshores em paraísos fiscais, que não questionam a origem de recursos.

Embora o bloqueio tenha sido confirmado, o mérito da ação não recebeu sentença de primeira instância. Apesar de os advogados acreditarem que a família de Eike tenha, nas contas offshore, os recursos necessários para cobrir o bloqueio, eles dizem que o processo de busca por esse dinheiro ainda está em curso. Uma fonte próxima a Eike Batista disse, no entanto, que o empresário “nem de longe” tem recursos suficientes para cobrir essa dívida.

Além de Thor Batista, que até 2013 era dependente de Eike, a decisão inclui seis pessoas jurídicas, sendo quatro delas com sede em paraísos fiscais: a Meisterschaft Holding (em Belize), a Aux Luxembourg Sarl e a Aux LLC (ambas em Luxemburgo) e a 63X Master Fund (Ilhas Cayman). As outras companhias listadas são a holding EBX, controladora da MMX localizada no Rio de Janeiro, e a OTX Fund LLC, dos EUA. No auge do Grupo “X” – que controlava negócios como a OGX, de petróleo, a OSX, de construção naval, e a LLX, de logística –, o empresário brasileiro chegou a ser o 7.º homem mais rico do mundo em 2012, com fortuna de US\$ 34,5 bilhões.

Fraude. O administrador judicial da MMX diz que o bloqueio de ativos visa a garantir que ex-donos de empresas em recuperação judicial não possam cometer fraudes para ocultar patrimônio – realidade na qual ele acredita que Eike Batista se encaixe. Bicalho argumenta que os credores da MMX devem ser ressarcidos integralmente – o valor de R\$ 778 milhões do bloqueio se refere à atual dívida da mineradora, sem os descontos negociados no plano de recuperação já aprovado.

A fraude na MMX, segundo o processo, se configura de diferentes formas. Começa pela divulgação de falsas perspectivas de produção: em 2006, ao abrir capital, a mineradora anunciou a intenção de multiplicar sua produção de minério de ferro, superando 36 milhões de toneladas. Mais tarde, a meta foi reiterada e estabelecida para o ano de 2016.

O “pico” de produção da mineradora, no entanto, foi de pouco menos de 7,7 milhões de toneladas de minério de ferro, em 2010. Depois disso, os números só caíram até zerarem, cinco anos depois. Hoje, a MMX está em recuperação judicial, mas não opera e nem emprega ninguém. O administrador judicial diz que a antiga “Vale de Eike” hoje se resume a uma sala de dez metros quadrados em Belo Horizonte.

Bicalho lembra que Eike Batista sabia que esse potencial jamais poderia ser atingido. “Não obstante já houvesse, em 2009, um parecer de consultoria

especializada concluindo pela incerteza com relação ao potencial minerário, tal informação jamais foi transmitida ao mercado”, argumenta a ação.

Segundo o processo, o lucro do empresário com a venda de ações da mineradora, na época das falsas alegações de capacidade, foi de R\$ 634,4 milhões. Dentro das investigações da Operação Segredo de Midas, desdobramento da Lava Jato, Eike chegou a ser preso de agosto. Ele é investigado por suposta manipulação do mercado de ações.

Caminhos. Mas por que o envio do dinheiro ao exterior não foi detectado antes? Segundo o advogado Rodrigo Kaysserlian, presidente do Instituto Brasileiro de Rastreamento de Ativos e auxiliar de Bicalho no processo da MMX, a venda de ações era feita por meio da estrutura propositalmente complexa que Eike montou para seus negócios. No caso da MMX, a empresa operacional (dona das minas) era denominada MMX Sudeste e controlada pela holding MMX (que emitia as ações em Bolsa). Essa holding, por sua vez, tinha como controladores Eike Batista (como pessoa física) e duas pessoas jurídicas: a Mercato e a offshore Centennial.

A Centennial, segundo os advogados, seria o primeiro elo da cadeia de envio de dinheiro ao exterior na estratégia de aproveitar a bonança passageira para estocar recursos para a tempestade inevitável que viria quando a empresa não cumprisse as metas ambiciosas. Segundo o processo, a Centennial, que originalmente obteve os recursos financeiros com a venda das ações da MMX, passou a abastecer o fundo 63X, nas Ilhas Cayman. Esse fundo posteriormente repassou dinheiro para outra offshore, localizada em Belize, a Meisterschaft.

A Meisterschaft – palavra que, em alemão, quer dizer “campeonato” – surgiu bem depois da Centennial, que fez parte da criação da holding MMX, em 2005. Segundo as investigações do processo, a empresa foi aberta por Thor Batista depois de uma doação de R\$ 130 milhões em espécie recebida do pai em 2013. Thor, logo após receber o dinheiro, foi aos EUA, em janeiro de 2014, contratou um advogado em Miami e abriu a Meisterschaft em Belize. Isso ocorreu meses antes de a MMX pedir recuperação judicial.

Tanto a criação de estruturas jurídicas complexas quanto doações de pai para filho não são, por si, ilegais. Porém, Kaysserlian diz que “toda fraude financeira é revestida de alguma forma de legalidade”. “O repasse ao filho não é ilegal, desde que a doação não seja uma forma de proteger recursos devidos a terceiros.”

Outro processo, que corre nos EUA, pede o bloqueio de todas as empresas de Eike e seus parentes no mundo. Tanto Bicalho quando Kaysserlian acreditam que a estrutura de offshores é bem mais complexa do que a já identificada na

ação contra Thor Batista. “Podem ser dezenas ou até centenas de pessoas jurídicas”, diz Bicalho.

Outro lado. Procurado, o advogado de Thor não quis se pronunciar. Os representantes de Eike não retornaram os contatos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/09/2019

Seção: Economia

Autor: F.S. e M.S.

Título: Múltiplos bloqueios disputam recursos

Enquanto processo da MMX cerca dinheiro de offshores e de Thor Batista, Lava Jato mira compensação de R\$ 1,6 bi do empresário

A disputa pelo dinheiro de Eike, independente do valor, que ainda reste nas mãos do empresário – está aquecida. A Justiça bloqueou, no início deste mês, R\$ 1,6 bilhão do empresário e de seus dois filhos, Thor e Olin. A medida foi solicitada pelo Ministério Público Federal, no âmbito da Operação Lava Jato. Além dos processos ligados às outras empresas do grupo, a holding que controla a MMX teve a falência decretada pela Justiça do Rio de Janeiro há pouco menos de duas semanas. No entanto, também se trata de uma decisão da qual cabe recurso.

O administrador judicial da MMX, Bernardo Bicalho, espera ter prioridade no recebimento dos valores. Para sair na frente, conta com a jurisprudência estabelecida no caso do Banco Santos. Segundo ele, embora o argumento de que Eike Batista deva compensar o País como um todo pelos prejuízos de seu grupo econômico seja válido, as pessoas que prestaram serviços ou forneceram produtos sem receber o valor devido devem ser ressarcidas antes. Foi o que aconteceu no caso do banco controlado por Edemar Cid Ferreira. Tanto os bens da instituição quanto os do controlador estão sendo vendidos, com o valor arrecadado repassado aos credores diretos. É o que Bicalho espera que ocorra no caso da MMX, cujo processo ainda está em primeira instância e cuja conclusão deve se arrastar por anos.

O procurador de falências Eronides Rodrigues dos Santos, do Ministério Público de São Paulo, que participou do rastreamento de ativos do Banco Santos – conseguindo um acórdão no Superior Tribunal de Justiça (STJ) que garantiu a preferência aos credores diretos da instituição perante o ressarcimento a processos criminais –, diz acreditar que a mesma lógica possa ser aplicada ao caso da MMX.

Possibilidade de retorno. Embora os credores da MMX já tenham aprovado uma recuperação judicial com desconto de mais de 80%, essa realidade pode ser modificada se a decisão tiver sido tomada a partir de uma base falsa. Ou seja: caso agora fique provada a existência de recursos de que não se tinha conhecimento anteriormente, o acordo da recuperação pode reverter. “Só faz sentido o Estado ter prioridade no recebimento de recursos em crimes contra a sociedade, como o tráfico de drogas”, diz o procurador especializado em falência. “Do contrário, a prioridade deve ser das vítimas diretas da empresa em questão.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/09/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Produção nacional cresce, mas gás não chega ao mercado

Reinjeção do combustível em poço de petróleo bate recorde; ANP estuda restringi-la para ampliar oferta do produto

Rio de Janeiro- Apesar do crescimento da produção de petróleo, a oferta de gás do pré-sal vem recuando, resultado de estratégia das petroleiras para ampliar a produção de óleo ou de falta de infraestrutura de escoamento.

O problema entrou no radar de autoridades num momento em que o governo trabalha para desenvolver o mercado do combustível e reduzir o preço pago por consumidores, em um programa vendido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, como “choque de energia barata”.

“A prioridade é o petróleo, mas devemos esgotar as possibilidades de produção de gás também”, diz o diretor-geral da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), Décio Oddone.

Nos últimos cinco anos, a produção brasileira de petróleo cresceu 14%, e a de gás, 30%. Mas o volume de gás que chega ao mercado avançou apenas 3%, já que parcela cada vez maior da produção tem sido reinjetada nos poços ou queimada nas plataformas.

No primeiro semestre de 2019, segundo dados do MME (Ministério de Minas e Energia), apenas 62% do gás produzido no país chegou ao mercado. É o menor volume desde 2006, quando o ministério passou a divulgar os dados.

O volume de reinjeção de gás atingiu recorde de 37,5 milhões de metros cúbicos por dia em 2019, volume superior à capacidade de importação da Bolívia. A queima do gás disparou 41% em relação a 2018, para 5,3 milhões de metros cúbicos por dia.

Na semana passada, Oddone disse que a ANP vai estudar maneiras para ampliar a oferta de gás, restringindo a reinjeção. Segundo ele, as restrições podem ser impostas durante processo de aprovação dos planos de investimentos.

Ao jogar o gás de volta nos poços, as empresas conseguem extrair mais petróleo dos reservatórios. Além disso, diz o IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo), o gás do pré-sal tem elevados níveis de gás carbônico e não há hoje como separá-lo em plataformas.

Oddone diz que a reinjeção de gás foi estimulada pela ANP no passado para reduzir a queima de gás nas plataformas, que é uma alternativa mais barata, já que não demanda a construção de tubulações, mas que polui e desperdiça o recurso natural.

Os níveis de queima caíram significativamente desde o início dos anos 2000, mas voltaram a crescer e podem também ser alvo de restrições. “Não queremos queima além do estritamente necessário.”

As empresas alegam que a reinjeção garante maior produção de petróleo e, consequentemente, maior renda governos e prefeituras. E que o gás pode ser utilizado depois. “O gás está lá, pode ser produzido no futuro”, diz o secretário-executivo de Gás Natural do IBP, Luiz Costamilan.

No mercado, porém, há críticas com relação ao descasamento entre a velocidade de implantação das plataformas e a construção de infraestrutura para escoar o gás.

Quarto maior produtor do país e principal polo de crescimento da produção, o campo de Búzios, por exemplo, não está interligado à malha de gasodutos. É o maior queimador de gás do Brasil.

A Petrobras diz que a queima de gás é maior no início das operações das plataformas, quando os equipamentos estão em teste. Mas Búzios só será conectado a um sistema de escoamento em 2021, quando fica pronta a terceira rota de gasodutos do pré-sal.

Até lá a tendência é que permaneça sem entregar gás ao mercado. “Atualmente, a Petrobras está utilizando toda a oferta disponível de gás. Para aumentar a disponibilidade, será necessário o aumento da infraestrutura”, diz a estatal.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 01/09/2019**Seção:** Especial**Autor:****Título:** Enriquecer sem desmatar

[resumo] Autor argumenta que manancial da Amazônia precisa de políticas favoráveis à emergência de uma economia do conhecimento (e não da destruição) da natureza. A devastação não produz riqueza ou inovação — favorece o extrativismo primitivo e sufoca a produção mais lucrativa de itens nativos da floresta

Por Ricardo Abramovay

Professor sênior do Instituto de Energia e Ambiente da USP e autor de "Muito Além da Economia Verde" (Planeta Sustentável/Abril)

O Brasil é o sexto maior emissor global de gases de efeito estufa. Há, porém, uma diferença fundamental entre a natureza de nossas emissões e as dos países que nos acompanham neste lamentável desempenho.

Na China, nos Estados Unidos, na Índia ou no Japão, as emissões derivam do uso em larga escala de combustíveis fósseis na geração de energia, nos transportes e na indústria.

Reduzir essas emissões num prazo compatível com a urgência da crise climática exige mudanças na maneira como se produz cimento, aço e plásticos, na forma como se organiza o transporte de passageiros e de carga, na aviação — em suma, naquilo que o recente relatório da Energy Transitions Commission, do Reino Unido, chama de setores de mais difícil redução ("harder to abate").

Transformar os modelos econômicos em que se apoiam esses setores exige muita ciência e inovações tecnológicas disruptivas. Plantas industriais terão que ser inteiramente substituídas. Por causa dos automóveis elétricos, por exemplo, postos de gasolina e oficinas mecânicas vão desaparecer. Mesmo que os investimentos nessas mudanças tenham retorno econômico, os custos são imensos.

Os avanços globais nesta direção são significativos, embora largamente insuficientes: em 2009, na Conferência Climática de Copenhague (COP15), a China e a Índia se opuseram a qualquer acordo de redução das emissões sob o argumento de que não tinham alternativas ao uso do carvão, caso quisessem ampliar o acesso de sua população à energia e acelerar sua industrialização.

Seis anos depois, esse quadro mudou de forma impressionante. Os dois países se converteram em protagonistas no Acordo de Paris, de 2015 (COP 21), com base no ritmo acelerado de redução do preço das fontes renováveis de energia, nas perspectivas oferecidas pelo automóvel elétrico e em diversas técnicas voltadas a uma indústria menos emissora.

O dilema entre crescimento econômico e redução de emissões está sendo enfrentado (embora não resolvido, longe disso) por meio de ciência e tecnologia.

E nós neste contexto? Temos a matriz energética menos emissora do mundo, quando o Brasil é comparado com países de importância territorial, demográfica e econômica equivalente. Nossos transportes contam com uma fonte não emissora, o etanol, usado muito menos do que deveria, graças aos subsídios concedidos aos fósseis. Onde se concentram, então, nossas emissões?

Resposta: na destruição florestal.

O Brasil e a Indonésia são os únicos países do mundo em que mais da metade das emissões vem do desmata-mento. E é importante não confundir devastação florestal com agricultura, embora com muita frequência a floresta destruída (não só na Amazônia) dê lugar a atividades agropecuárias. A agropecuária responde por 22% de nossas emissões graças a dois fatores: por um lado, à fermentação entérica dos ruminantes, da qual resulta um dos mais potentes gases de efeito estufa, o metano.

Como o Brasil possui o maior rebanho bovino comercial e é o mais importante exportador de carne do mundo, reduzir essas emissões é um imenso desafio, que exige (da mesma forma que na indústria, na mobilidade e na energia) muita ciência e inovação tecnológica. O mesmo pode ser dito das emissões derivadas do uso de fertilizantes nitrogenados na agricultura.

Todavia, contrariamente ao que ocorre com a agropecuária, com a indústria ou com os transportes, zerar o desmatamento (e, portanto, reduzir a contribuição do Brasil à crise climática) não é algo que depende de ciência e de tecnologia ou que exija investimentos vultosos. Cabe, então, perguntar: quais os custos de interromper a devastação? Será que desmatar a Amazônia não é o equivalente à recusa da China e da Índia em subscrever um acordo climático ambicioso em 2009?

Seria válido o argumento de que, da mesma forma que indianos e chineses não tinham alternativa ao uso do carvão há dez anos, a sobrevivência e o desenvolvimento dos 25 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia dependem de sua possibilidade de colocar a floresta abaixo, implantando ali

atividades agropecuárias convencionais? Não estará a Amazônia presa a um dilema insuperável entre gerar renda para os que nela vivem ou preservar a floresta?

É fundamental enfrentar essas perguntas, pois elas estão na base da tentativa de imprimir algum fundamento racional àquilo que o Brasil e o mundo assistem hoje com tanto temor e indignação na Amazônia.

O principal erro dos que toleram, compactuam ou promovem o desmatamento é não se dar conta de que desmatar a Amazônia não produz nem riqueza nem bem-estar.

Na verdade, o desmatamento é o mais importante vetor da perenização do atraso e das precárias condições de vida na região. Ele exprime uma forma primitiva de extrativismo que se materializa, por exemplo, no tráfico de madeira clandestina, que funciona como obstáculo à exploração madeireira sustentável, para a qual existem tecnologias e até sistemas de certificação baseados no uso de blockchain, como mostram os trabalhos da BVRio.

Além disso, como é na sua esmagadora maioria ilegal, o desmatamento na Amazônia funciona com base na formação de quadrilhas que se especializam em invadir terras públicas e territórios pertencentes a comunidades indígenas e ribeirinhas.

A construção de pistas de pouso clandestinas e a contratação de moto queiros que colocam fogo no capim seco dos acostamentos nos distritos à beira da BR-163 e no município de Altamira — por parte dos membros do grupo de WhatsApp que organizou, no dia 10 de agosto, o “Dia do Fogo”, conforme reportagem da revista Globo Rural — são apenas alguns de vários indícios dos efeitos da legitimação da destruição florestal sobre o tecido cívico da região.

Tão importante quanto a criminalidade ligada à esmagadora maioria do desmatamento na Amazônia é a avaliação que se pode fazer hoje de seus resultados.

Um gráfico elaborado pelo professor Raoni Rajão, da UFMG, compara a área e a produção de soja e de açaí no Pará entre 1996 e 2015. Lá se vê que o açaí tem rendimento por hectare muito maior que a soja. Segundo o estudo, o valor por hectare da soja em 2015 era de R\$ 2.765,79. O do açaí chegava a R\$ 26.844. Embora seja um produto consumido fundamentalmente na Amazônia, existe hoje uma cadeia global de açaí na casa de centenas de milhões de dólares. Quem poderia prever, 15 anos atrás, que um alimento “de índio” iria se converter em ingrediente global de dieta de esportistas?

Os trabalhos recentes de Carlos Nobre e Ismael Nobre listam um vasto conjunto de produtos do extrativismo com imenso potencial econômico. Uma das bases para a exploração sustentável é a unidade entre trabalho científico e a cultura material dos povos da floresta.

Um dos mais emblemáticos exemplos desta junção é a Rede de Sementes do Xingu, organizada pelo Instituto Socioambiental (ISA). Populações indígenas e ribeirinhas coletam sementes que são selecionadas por técnicos da Embrapa e do ISA e vendidas a fazendeiros para que possam cumprir seus compromissos de reflorestamento.

Mel, óleo de pequi, copaíba, borracha, castanha — são inúmeros os produtos de uso alimentar, farmacêutico e cosmético que a ciência, aliada aos povos da floresta, pode revelar e ajudar a explorar de maneira sustentável.

O selo Origens Brasil, que certifica estes produtos e já está em grandes cidades brasileiras, acaba de receber um importante reconhecimento internacional por parte da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO/ONU).

É um exemplo das oportunidades do uso sustentável com produtos capazes de exprimir nos mercados os valores contidos na preservação da floresta e no respeito aos povos que nela vivem.

A manutenção da floresta em pé não corresponde, portanto, a uma redoma de contemplação, economicamente paralisada. Ao contrário, ela é um manancial de riquezas que se exprimem tanto em seus serviços ecossistêmicos e na cultura dos que lá habitam como no valor de seus produtos.

A equipe coordenada pelo professor Britaldo Soares-Filho, da UFMG, e pelo economista norueguês Jon Strand, do Banco Mundial, estimou o valor de alguns destes serviços. Em artigo publicado na prestigiosa revista *Nature Sustainability*, revelou que o desmatamento de um hectare gera perdas anuais de até US\$ 40 (cerca de R\$ 160) para a produção de castanha do Pará e de US\$ 200 (cerca de R\$ 800) para a produção madeireira sustentável.

Além disso, como o avanço do desmatamento compromete a produção de água por parte da floresta, seus impactos sobre a agricultura e a produção de energia nas hidrelétricas são altamente ameaçadores.

Em suma, mais que apagar os incêndios que hoje a destroem, a Amazônia precisa de políticas que estimulem a emergência de uma economia do conhecimento (e não da destruição) da natureza, que represente aquilo que

temos de melhor: a capacidade de fazer da ciência a base para produzir riqueza e bem-estar, valorizando os ensinamentos e a sabedoria dos povos da floresta.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/09/2019

Seção: Tendências/Debates

Autor: Rogério Cezar de Cerqueira Leite

Título: O negacionismo científico: ignorância ou infâmia

Físico, professor emérito da Unicamp, membro do Conselho Editorial da Folha e presidente do Conselho de Administração do CNPEM (Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais)

Cada árvore que se queima contribui para a morte

Depois de quase cinco décadas do primeiro alerta nacional, aliás posto nesta Folha, reaquece o debate na sociedade brasileira sobre o aquecimento global. Apesar da simplicidade e da certeza científica, nossas autoridades continuam a ignorar as inexoráveis calamidades a que o aquecimento global nos condena. Aqui venho, pois, novamente tentar explicar por que não há escapatória para a humanidade senão a redução drástica de emissões de gases de efeito estufa.

Começemos do começo. Chama-se radiação do corpo negro o fenômeno básico envolvido no efeito estufa. Todo corpo que não esteja à temperatura zero absoluto, aquela em que não há movimento de seus átomos e/ou moléculas constituintes (aproximadamente 273 °C abaixo de zero), emite radiação eletromagnética. Quanto maior a temperatura do corpo, maior a intensidade e a frequência da radiação. Como a superfície do Sol está a aproximadamente 5.000 °C, devido a reações nucleares em seu interior, a intensidade emitida é tão intensa e as frequências tão altas (da luz visível).

Mas a Terra também emite radiação eletromagnética, pois está a temperaturas superiores ao zero absoluto. Essas emissões são, todavia, menos intensas e de frequência mais baixa. Chamamos esse intervalo de frequências de infravermelho. Então, Terra e Sol emitem energia continuamente. Se a Terra não tivesse atmosfera, essa condição levaria a um equilíbrio. E cálculos mostram que a Terra, se não houvesse atmosfera, estaria a cerca de 80°C abaixo de zero, quando a energia emitida pela Terra igualasse aquela recebida do Sol.

Consideremos agora uma molécula de dióxido de carbono (CO₂) no caminho entre o Sol e a Terra. Medidas físicas mostram que essa molécula interage fortemente com os raios infravermelhos emitidos pela Terra, absorvendo-os e reemitindo-os em todas as direções, inclusive de volta para a Terra. A molécula de CO₂ também interage com a luz solar, mas muito fracamente.

Uma atmosfera composta de moléculas de CO₂, e outras com o mesmo comportamento, permitirá passar a energia proveniente do Sol e devolver para a Terra — e vai necessariamente aquecê-la. É por isso que a temperatura média da Terra está acima dos 80 °C negativos. Viva o dióxido de carbono. Esse fenômeno é o que chamamos de efeito estufa. Ao aumentar a quantidade dessas moléculas, aumenta a retenção de energia da radiação infravermelha e, conseqüentemente, a temperatura da Terra.

Por outro lado, a queima de qualquer material orgânico, tais como carvão, petróleo e madeira, libera moléculas de dióxido de carbono e outras de efeito estufa, aumentando a retenção de calor. De fato, a atmosfera também se aquece, provocando desigualdades de densidade e conseqüentes movimentações, ou seja, ventos, tempestades etc. Mas o efeito estufa continua, pois o CO₂ e outros gases não estão sendo removidos. E se está frio em Roma é por causa de vento e nuvens que não mudam a temperatura média da Terra. Será que há razões extrarracionais que abusam da ignorância e da burrice dos pobres de espírito?

A verdade é que esse negacionismo está matando gente e vai matar muito mais. Cada árvore que se queima na Amazônia contribui para a morte de um inocente. E a omissão do governo brasileiro é, portanto, um crime, principalmente se não for senão para agradar a bancada ruralista.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/09/2019

Seção: Colunas

Autor: Daniela Lima

Título: Em boa hora

PAINEL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo, deve decidir na próxima semana a destinação dos R\$ 2,5 bilhões pagos em multas pelo Petrobras que estão sob poder da corte. O governo Bolsonaro reivindicou que uma parte do dinheiro vá para educação e outra seja usada para socorrer a Amazônia.

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/09/2019

Seção: O Mundo

Autor: VINICIUS SASSINE - Enviado especial

Título: O ELN agora na Venezuela

Guerrilha colombiana explora ouro ilegalmente perto da fronteira do Brasil

PACARAIMA, RORAIMA- O Exército de Libertação Nacional (ELN), maior guerrilha em atuação na América Latina depois de as conterrâneas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) se desmobilizarem e se tornarem um partido político, atua na exploração ilegal de ouro na Venezuela, a 250 quilômetros da fronteira com o Brasil. O negócio paralelo resulta em transporte do minério — ou do dinheiro associado a ele — ao território brasileiro, em ritmo frenético e à margem de fiscalização.

Criado nos anos 1960 sob inspiração da Revolução Cubana, o ELN também iniciou negociações de paz com Bogotá, mas elas não prosperaram. Seus membros atravessaram a fronteira com a Venezuela e avançaram país adentro, chegando até a região de mineração em Bolívar. É o estado que faz fronteira com Roraima, rotados milhares de imigrantes venezuelanos que decidiram deixar seu país e tentar a vida no Brasil.

O GLOBO confirmou a informação sobre a presença do ELN no arco de mineração em Bolívar com 12 fontes distintas. O Exército brasileiro e a Polícia Federal (PF) têm informações reservadas sobre a atuação do ELN na região de Las Claritas, uma cidade dominada pela mineração ilegal, a 250 quilômetros — ou três horas e meia de carro — de Pacaraima (RR), cidade na fronteira do Brasil com a Venezuela.

Um desertor de um órgão de espionagem do governo de Nicolás Maduro, abrigado em Pacaraima, disse à reportagem que esteve na região e que presenciou a atuação do grupo guerrilheiro. O mesmo relato foi feito por garimpeiros brasileiros que extraíram ouro no local e por empresários de Roraima que enriqueceram com a exploração ilegal do minério.

INTERESSE PELO BRASIL

Três instituições independentes de pesquisa, que mapearam a penetração do ELN na Venezuela, incluíram nesses mapas o arco de mineração em Bolívar. Dois pesquisadores independentes, de outros institutos, chegaram à mesma conclusão, assim como o Ministério Público da Colômbia e a alta cúpula das Forças Armadas daquele país.

Além de Las Claritas, guerrilheiros exercem influência em outras cidades dependentes do ouro ilegal, como El Callao, a 434 quilômetros de Pacaraima; Tumeremo, a 395 quilômetros; e El Dorado, a 333 quilômetros da cidade brasileira. O respaldo do regime de Maduro à atuação do ELN é apontado tanto pelo governo colombiano quanto por venezuelanos que passaram pela região. A Venezuela estaria cada vez mais dependente do ouro extraído desses lugares,

diante da crise econômica aguda e das sanções comerciais e financeiras dos Estados Unidos.

Cerca de mil guerrilheiros do ELN estão na Venezuela e outros 1.400 na Colômbia, de acordo com as Forças Armadas colombianas. Outras autoridades do país mencionam números maiores: 4 mil na Venezuela e 2 mil na Colômbia.

Os garimpos no arco de mineração em Bolívar têm grandes dimensões, são marcados por uma violência sem controle e por conflitos com outros grupos armados — conhecidos como “sindicatos” pelos garimpeiros. Diversos brasileiros garimpam na região.

Os governos do Brasil e da Colômbia dividem-se quanto à possibilidade de integrantes do ELN terem chegado ao território brasileiro. Segundo o Itamaraty e o Ministério da Defesa, apesar da relativa proximidade, o grupo armado não chegou a ultrapassar a fronteira nem há um fluxo de integrantes ou ex-integrantes da guerrilha na explosão migratória que atingiu Roraima. Militares na região não têm conhecimento de nenhum guerrilheiro ou ex-guerrilheiro que tenha passado por Pacaraima.

“Não há registro de atuação do ELN em nosso território nacional”, afirmou o Ministério da Defesa. “A situação atual de operação da embaixada brasileira em Caracas, com limitações de acesso ao interior do país, dificulta a obtenção de informações detalhadas. Não temos registro, até o momento, de atuação ostensiva do grupo próxima à fronteira brasileira”, disse o Itamaraty.

Na contramão da posição oficial brasileira, o governo colombiano diz que há, sim, guerrilheiros do ELN entrando e saindo do país. Ao GLOBO, o comandante-geral das Forças Militares da Colômbia, general Luis Fernando Navarro, disse que há interesse do grupo pelo Brasil.

— São muito poucos (no Brasil), são três neste momento, mas esse número oscila porque eles vão e vêm pelas regiões de fronteira. Em relação ao Brasil, o ELN não tem uma grande estrutura, é uma célula pequena de indivíduos que estão fazendo contatos com grupos de delinquência organizada do país.

Além disso, a reportagem encontrou duas conexões de brasileiros com o ELN. Em um dos casos, um jovem de Bauru (SP) segue investigado pelas autoridades colombianas por suposta atuação conjunta com guerrilheiros no Norte da Colômbia, na fronteira com a Venezuela. Ele nega.

A ROTA DO OURO

O ouro extraído da região de Las Claritas está chegando ao Brasil, principalmente por meio de empresas que exportam alimentos à Venezuela. O minério é usado como meio de pagamento, diante da dificuldade de acesso ao dólar e da desvalorização da moeda venezuelana, o bolívar. O pagamento é ilegal, uma vez que não há declaração do ouro em território brasileiro. É comum que o minério recebido seja trocado antes da chegada à fronteira com o Brasil.

— O comércio de Pacaraima é movido pelo ouro venezuelano. No comércio, tem fila de gente vendendo esse ouro —disse uma autoridade com atuação na fronteira, que pede anonimato.

A PF fez apreensões de ouro na fronteira e em Boa Vista, mas o laudo pericial não consegue precisar a origem. O GLOBO questionou a Receita Federal e não houve resposta até o fechamento desta edição.

Autoridades colombianas associam a atuação do ELN ao controle de rotas do tráfico de drogas tanto na Colômbia quanto na Venezuela. Fontes da PF que atuam no combate ao narcotráfico afirmam que, até agora, as investigações em curso e as operações deflagradas não constataram relações entre traficantes brasileiros e integrantes do ELN.

O que é comum, segundo essas fontes, é um “apagão” da cooperação solicitada à Venezuela. Pelo menos três operações da PF detectaram rotas que passam pelo país vizinho com atuação de pilotos brasileiros. A droga vai para EUA e Europa, com uma escala na América Central. O Brasil pediu cooperação a Caracas para destruição das rotas e não teria sido correspondido.

O ELN mantém um site, onde informa e-mails para contato. O GLOBO enviou perguntas aos dois e-mails informados, mas as mensagens não chegaram ao destino. O Ministério da Defesa da Venezuela não retornou o contato.

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/09/2019

Seção: O Mundo

Autor: VINICIUS SASSINE

Título: Brasileiro é suspeito de ligação com ELN

Rays foi preso com guerrilheiros na Colômbia, mas diz ter sido seqüestrado e forçado a pilotar avião roubado. Libertado, ele é o único cidadão do país a ter elo conhecido com o grupo

BRASÍLIA- Um homem de 34 anos do interior de São Paulo é o único brasileiro a ter elo conhecido com os guerrilheiros do Exército de Libertação Nacional (ELN),

o grupo narcoterrorista de extrema-esquerda da Colômbia que segue na luta armada. Eduardo de Abreu Rays, de Bauru, foi preso em flagrante em 31 de janeiro de 2018 no Norte da Colômbia, quase na fronteira com a Venezuela. Estava ao lado de três integrantes do ELN — os quatro devidamente trajados com roupas militares e com braceletes da organização, segundo o Ministério Público (MP) do país — e participou do roubo de um pequeno avião carregado com 2 bilhões de pesos colombianos (cerca de US\$ 579 mil), conforme a acusação do MP.

Rays ficou preso na Colômbia por um ano e quatro meses, até maio passado, e nega envolvimento com o grupo. Está de volta ao Brasil, segundo um levantamento de dados feito pelo MP colombiano. O roubo do avião ocorreu no aeroporto da cidade de Aguachica, no departamento (estado) de Cesar. Segundo a acusação, a avioneta carregada de dinheiro estava na pista do aeroporto, já tripulada, quando os quatro integrantes do ELN chegaram ao local fazendo disparos de fuzis. Acuados, os tripulantes desceram e os assaltantes tomaram o controle do avião.

DOIS CASOS COMUNICADOS

Logo após decolarem, foram surpreendidos por disparos da polícia e forçados a pousar apenas cinco quilômetros adiante. O piloto era Rays, que acabou preso. Os três guerrilheiros que o acompanhavam fugiram. Na hora, o brasileiro disse ter sido sequestrado pela guerrilha em Barranquilla, a 420 quilômetros de Aguachica.

— Ele argumentou ter entrado na Colômbia com uma filha pequena. Mas entrou sozinho — disse ao GLOBO o procurador Cesar Tibamoso, que atua na área especializada do MP contra o terrorismo e cuida do caso.

Tibamoso explica que é comum o fluxo de guerrilheiros na fronteira entre Colômbia e Venezuela. Em suas palavras, “eles entram e saem o tempo todo” nessa parte norte do país.

Rays, no entanto, acabou sendo beneficiado por uma questão processual. Como não havia um tradutor para o português, o brasileiro acabou liberado e voltou ao Brasil. O promotor diz que isso não significa, no entanto, impunidade. Se houver condenação pela Justiça colombiana, o MP local vai pedir às autoridades brasileiras a extradição.

O GLOBO conseguiu contato com o jovem, por telefone. Ele — cujas postagens nas redes sociais não evidenciam nenhuma militância de esquerda ou extrema esquerda — disse ter sido sequestrado e obriga-doa pilotar o avião.

— Sou vítima. Estou em tratamento psiquiátrico, sob efeito de drogas, foi um trauma terrível. Fiquei totalmente abalado.

Questionado sobre onde no Brasil ele está no momento, Rays respondeu: — Em lugar nenhum.

Telegramas diplomáticos obtidos pelo GLOBO, por meio de pedido ao Itamaraty via Lei de Acesso à Informação, mostram que organismos diplomáticos do Brasil na Colômbia foram acionados pelo menos duas vezes nos últimos dois anos para tratar de casos de brasileiros relacionados de alguma maneira ao ELN. Um desses casos é o que envolve Rays.

O telegrama da Embaixada do Brasil em Bogotá ao Itamaraty informa que um cônsul de Bucaramanga, a 170 quilômetros de Aguachica, foi deslocado para dar assistência ao brasileiro. Na audiência, em 2 de fevereiro de 2018, Rays ouviu a acusação de envolvimento com o ELN, como consta no telegrama. A sessão durou oito horas e, depois, ele foi encaminhado a um presídio de segurança máxima.

Um segundo caso citado em telegrama ocorreu em 2017. Uma brasileira foi sequestrada junto com a irmã do então negociador-chefe do governo colombiano com o ELN. Não fica claro se o grupo foi o responsável pelo sequestro. O telegrama diplomático registra que as duas ficaram 24 horas em poder de “criminosos” ligados a um “grupo delinquente”, sendo libertadas pela Polícia Nacional da Colômbia.

SEM ACORDO DE PAZ

Os telegramas mostram ainda que o governo brasileiro foi informado sobre como o ELN ocupou vazios deixados pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e sobre a consolidação da presença da guerrilha na fronteira entre Colômbia e Venezuela, incluindo com atuação em mineração ilegal. Os diplomatas avaliaram que não havia quase nenhum otimismo das autoridades colombianas em relação a um acordo de paz com o grupo.

O acordo de paz costurado com as Farc rendeu frutos para o ELN. A chegada em 2018 de um governo de direita na Colômbia, do presidente Iván Duque, tornou a possibilidade de acordo ainda mais remota.

Em janeiro deste ano, um atentado do ELN com carro-bomba contra uma escola militar em Bogotá deixou 21 mortos. Menos de um ano antes, sete policiais foram mortos em outro ataque do grupo, ainda no governo de Juan Manuel Santos, responsável pelo acordo de paz com as Farc. Na semana passada, três ex-dirigentes das Farc anunciaram um retorno às armas e defenderam uma aliança ao ELN. O ex-comandante militar das Farc e atual líder do partido

político formado após o acordo de paz, Rodrigo Londono, condenou os dissidentes e afirmou que eles representam menos de 10% dos ex-combatentes.

MME / ASCOM .